

Bibliografia Básica

IMPORTANTE:

Esta bibliográfica básica tem como objetivo nortear os estudos dos candidatos, contudo é importante relacioná-la aos temas do exame.

A bibliográfica refere-se a livros de importantes autores que abordam assuntos relacionados aos temas contemplados na CA-600.

1. Livro: Mercado Financeiro – Eduardo Fortuna; 18ª Edição; Editora Qualitymark.
2. Livro: Matemática Financeira e suas aplicações – Alexandre Assaf Neto; 11ª Edição; Editora Atlas.
3. Livro: Matemática Financeira – José Dutra Vieira Sobrinho; 7ª Edição; Editora Atlas.
4. Livro: Curso de Direito Civil – Melhim Namem Chalhub; 1ª Edição; Editora Forence.
5. Manual: Manual da Moradia Própria – FGTS
6. Manual: Manual de Fomento Habitação - FGTS

Legislação Básica

IMPORTANTE:

Esta legislação básica tem como objetivo nortear os estudos dos candidatos.

O conteúdo do Exame CA-600 não se restringe apenas manuais e legislações citadas, sendo responsabilidade dos candidatos relacionarem a relação apresentada ao Conteúdo Programático do Exame.

| Tema | Tipo | Ementa | Artigo | Situação |
|--|--|--|--------------------------------------|--------------------------------|
| Sistema Financeiro Nacional - SFN | LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964. | Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. | | Não consta revogação expressa. |
| Sistema Financeiro da Habitação - SFH | LEI Nº 4.380 DE 21 DE AGOSTO DE 1964. | Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. | | Não consta revogação expressa. |
| Sistema Financeiro da Habitação - SFH | LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990. | Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. | Art. 4. | Não consta revogação expressa. |
| Sistema Financeiro da Habitação - SFH | RESOLUÇÃO CMN Nº 1.980 de 30 DE ABRIL DE 1933. | Aprova Regulamento que Disciplina o Direcionamento Dos Recursos Captados Pelas Entidades Integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e as Operações de Financiamento Efetuadas No Âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). | | Não consta revogação expressa. |
| Sistema Financeiro da Habitação – SFH | LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990. | Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. | Art. 4. | Não consta revogação expressa. |
| Sistema de Financiamento Imobiliário - SFI | LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997. | Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências. | Arts. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 17 a 21. | Não consta revogação expressa. |

| Tema | Tipo | Ementa | Artigo | Situação |
|--|---|--|---|---|
| Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) | RESOLUÇÃO BACEN Nº 4.676, de 31 DE JULHO DE 2018. | Dispõe sobre os integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), do Sistema de Financiamento da Habitação (SFH) e Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósito de poupança. | | Não consta revogação expressa. |
| Negócios e Garantias Imobiliárias | LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997. | Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências. | Arts. 22, 23, e 26 (§ 2 a 33). | Não consta revogação expressa. |
| Negócios e Garantias Imobiliárias | LEI Nº 5.741, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1971. | Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação. | | Não consta revogação expressa. |
| Negócios e Garantias Imobiliárias | DECRETO-LEI Nº 70, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966. | Autoriza o Funcionamento de Associações de Poupança e Empréstimo, Institui a Cédula Hipotecária e da outras providências. | | Não consta revogação expressa. |
| Negócios e Garantias Imobiliárias | LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990. | Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências. | | Não consta revogação expressa. |
| Negócios e Garantias Imobiliárias | LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. | Institui o Código Civil. | Arts. 818 a 839; 1.419 a 1.430; 1.419 a 1.437; 1.451 a 1.460; 1.473 a 1.488; 1.492 a 1.501; | Não consta revogação expressa. |
| Negócios e Garantias Imobiliárias | LEI Nº 14.711, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 | Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificadas que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 9.492, de 10 de setembro de 1997, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 14.382, de 27 de junho de 2022, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 70, de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966. | | Não consta revogação expressa. |
| Negócios e Garantias Imobiliárias | RESOLUÇÃO Nº 1.980, DE 30 DE ABRIL DE 1993. | Aprova Regulamento que disciplina o Direcionamento dos Recursos Captados Pelas Entidades Integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança E Empréstimo (Sbpe) E As Operações De Financiamento Efetuadas No Âmbito Do Sistema Financeiro Da Habitação (Sfh). | Arts. 25 e 26. | Não consta revogação expressa. |
| Negócios e Garantias Imobiliárias | RESOLUCAO CNSP n.º 447 de 10/10/2022 | Dispõe sobre o seguro habitacional. | | Substitui a RESOLUÇÃO SUSEP Nº 205, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009 |
| Produtos para Pessoa Física | RESOLUÇÃO BACEN Nº 4.676, de 31 DE JULHO DE 2018. | Dispõe sobre os integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), do Sistema de Financiamento da Habitação (SFH) e Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósito de poupança. | | Não consta revogação expressa. |

| Tema | Tipo | Ementa | Artigo | Situação |
|--|---|--|-----------------------------------|---|
| Produtos para Pessoa Física | LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997. | Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências. | Art. 38. | Não consta revogação expressa. |
| Produtos para Pessoa Física | LEI Nº 4.380 DE 21 DE AGOSTO DE 1964. | Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. | Arts. 15; 15A; 15B e 61. | Não consta revogação expressa. |
| Produtos para Pessoa Física | RESOLUÇÃO CMN Nº 4.881, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020 | Dispõe sobre o cálculo e a informação do Custo Efetivo Total (CET) relativo a operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro. | | Substitui a RESOLUCAO BACEN Nº 3.517, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2007. |
| Produtos para Pessoa Física | RESOLUÇÃO BACEN Nº 1.980, de 30 DE ABRIL DE 1993. | Aprova Regulamento que disciplina o Direcionamento dos Recursos Captados Pelas Entidades Integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança E Empréstimo (SBPE) E As Operações De Financiamento Efetuadas No Âmbito Do Sistema Financeiro Da Habitação (SFH). | Arts. 19 (saldo SFH); 31,32 e 34. | Não consta revogação expressa. |
| Produtos para Pessoa Física | CIRCULAR SUSEP Nº 677, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022 | Dispõe sobre o custo efetivo do seguro habitacional – CESH. | | Substitui a CIRCULAR SUSEP Nº 400, de 11 de fevereiro de 2010. |
| Produtos para Pessoa Física | LEI Nº 8.177 DE 01 DE SETEMBRO DE 1991. | Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. | Art. 18A. | Não consta revogação expressa. |
| Produtos para Pessoa Física | LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973. | Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. | Art. 188. | Na Base da Legislação a Lei 4.827, de 1924, Revogada Pela Lei 6.015, de 1975, é Registrada Como DPL - Decreto Do Poder Legislativo: DPL 4.827, de 1924. |
| Produtos para Pessoa Física | LEI Nº 10.931, DE 02 DE AGOSTO DE 2004. | Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei no 911, de 10 de outubro de 1969, as Leis no 4.591, de 16 de dezembro de 1964, no 4.728, de 14 de julho de 1965, e no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. | Arts. 63 e 52. | Não consta revogação expressa. |
| Produtos para Pessoa Física | LEI Nº 8.692, DE 28 DE JULHO DE 1993. | Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências. | Art. 21. | Não consta revogação expressa. |
| Produtos para Pessoa Física e Jurídica | LEI Nº 11.977, DE 07 DE JULHO DE 2009. | Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365 , de 21 de junho de 1941, as leis nºs 4.380 , de 21 de agosto de 1964, 6.015 , de 31 de dezembro de 1973, 8.036 , de 11 de maio de 1990, e 10.257 , de 10 de julho de 2001, e a medida provisória nº 2.197-43 , de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. | Art. 79. | Não consta revogação expressa. |
| Produtos para Pessoa Física e Jurídica | RESOLUÇÃO CMN Nº 5.055, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022 | Altera a Resolução nº 4.676, de 31 de julho de 2018, que dispõe sobre as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança. | | Não consta revogação expressa. |

| Tema | Tipo | Ementa | Artigo | Situação |
|---|---|--|--|--|
| Produtos para Pessoa Física e Jurídica | LEI Nº 14.620, DE 13 DE JULHO DE 2023 | Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021. | | Não consta revogação expressa. |
| Produtos para Pessoa Física e Jurídica | DECRETO Nº 11.439, DE 17 DE MARÇO DE 2023 | Regulamenta a Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. | | Não consta revogação expressa. |
| Seguros / Seguradoras | RESOLUCAO CNSP n.º 447 de 10/10/2022 | Dispõe sobre o seguro habitacional. | | Substitui a RESOLUÇÃO SUSEP Nº 205, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009 |
| Seguros / Seguradoras | RESOLUÇÃO BACEN Nº 3.811, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009 | Dispõe sobre a cobertura securitária prevista no art. 2º da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. | | Resolução CMN Nº 3932/2010 DOU 17/12/2010 pág. 79 - Revogação: art. 8. |
| Seguros/ Seguradoras | LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997 | Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências. | Art. 5 - inciso IV | NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor | LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 | Dispõe sobre proteção do consumidor, e dá outras providências. | Arts. 4, 6, 7, 12 a 29, 36 a 42, 46 a 80 | Não consta revogação expressa. |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | RESOLUÇÃO CMN Nº 4.860, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020 | Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de componente organizacional de ouvidoria pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. | | Não consta revogação expressa. |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | CIRCULAR BACEN Nº 3.978, DE 23 DE JANEIRO DE 2020 | Dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. | | Não consta revogação expressa. |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 | Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) | | Não consta revogação expressa. |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | LEI Nº 13.853, DE 8 DE JULHO DE 2019 | Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. | | Não consta revogação expressa. |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | RESOLUÇÃO CMN Nº 4.935, DE 29 DE JULHO DE 2021 | Dispõe sobre a contratação de correspondentes no País pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. | | Não consta revogação expressa. |
| Custos e Tributação | DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946. | Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. | Arts. 68 e 101 | Não consta revogação expressa. |

| Tema | Tipo | Ementa | Artigo | Situação |
|---------------------|---|---|--|--------------------------------|
| Custos e Tributação | RESOLUÇÃO Nº 4.676, de 31 DE JULHO 2018. | Dispõe sobre os integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança. | Art. 16 (Item XII – § III) e Art. 17 (Item XII - § IV) | Não consta revogação expressa. |
| Custos e Tributação | RESOLUÇÃO Nº 4.837, DE 21 DE JULHO DE 2020 | Altera a Resolução nº 4.676, de 31 de julho de 2018, que dispõe sobre as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança. | | Não consta revogação expressa. |
| Custos e Tributação | DECRETO Nº 7.458, DE 7 DE ABRIL DE 2011. | Altera o Decreto no 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. | | Não consta revogação expressa. |
| Custos e Tributação | LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. | Institui o Código Civil. | Art. 2.038 | Não consta revogação expressa. |
| Custos e Tributação | DECRETO Nº 6.306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007. | Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF. | 1º, 2º, 5º 9º, 18º a 22º | Não consta revogação expressa. |
| Pós Contratação | RESOLUÇÃO CMN Nº 1.980 de 30 DE ABRIL DE 1933. | Aprova Regulamento que disciplina o Direcionamento dos Recursos Captados Pelas Entidades Integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança E Empréstimo (Sbpe) E As Operações De Financiamento Efetuadas No Âmbito Do Sistema Financeiro Da Habitação (Sfh). | Art. 20 | Não consta revogação expressa. |
| Pós Contratação | RESOLUCAO CMN Nº 3.516, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2007. | Veda a cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e estabelece critérios para cálculo do valor presente para amortização ou liquidação desses contratos. | | Não consta revogação expressa. |

Legislação Complementar – Autorregulação Bancária Febraban

| Tema | Tipo | Ementa | Situação |
|---|-------------------------|---|--------------------------------|
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | Normativo SARB 001/2008 | Este Normativo tem por objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos que promovam o aperfeiçoamento dos padrões de qualidade e serviços das Instituições Financeiras Signatárias no relacionamento com seus consumidores pessoas físicas | Vigente |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | Normativo SARB 003/2008 | institui o NORMATIVO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR e estabelece diretrizes e procedimentos a serem adotados por suas Signatárias, nos relacionamentos com os consumidores. | Vigente |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | Normativo SARB 004/2009 | institui o NORMATIVO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR NA REDE DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS e estabelece diretrizes e procedimentos a serem adotados por suas Signatárias nos relacionamentos com os consumidores. | Vigente |
| Certificação ABECIP de profissionais do mercado imobiliário | Normativo SARB 009/2013 | Sanciona as regras e formaliza preceitos comuns a todas as signatárias da Autorregulação e as instituições associadas às entidades conveniadas ao Sistema de Autorregulação Bancária, relativamente ao Programa ABECIP de Certificação de Profissionais de Crédito Imobiliário, de forma a nortear o exercício desses profissionais no mercado de crédito imobiliário, bem como nos demais assuntos de competência temática do setor. | Vigente |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | Normativo SARB 010/2013 | institui o NORMATIVO DE CRÉDITO RESPONSÁVEL e estabelece um programa com diretrizes e orientações que nortearão os procedimentos a serem adotados por suas Signatárias nos relacionamentos com seus consumidores, pessoa física, em operações de crédito. | Não consta revogação expressa. |

| | | | |
|---|-------------------------|---|---------|
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | Normativo SARB 011/2013 | institui o NORMATIVO DE PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO , e estabelece diretrizes que consolidam as melhores práticas, nacionais e internacionais de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo a serem observadas pelas Signatárias, em consonância com as normas e aos mecanismos de controle existentes. | Vigente |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | Normativo SARB 012/2014 | institui o NORMATIVO DE RESUMO CONTRATUAL , com diretrizes e procedimentos a serem adotados por suas Signatárias nos relacionamentos com seus consumidores que realizarem operações contratuais de crédito. | Vigente |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | Normativo SARB 013/2014 | institui o NORMATIVO DE CONTRATAÇÃO DE CRÉDITO POR MEIOS REMOTOS , com diretrizes e procedimentos a serem adotados por suas Signatárias nos relacionamentos com seus consumidores, pessoa física, realizadas por canais não presenciais. | Vigente |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | Normativo SARB 014/2014 | institui o NORMATIVO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL , que formaliza diretrizes e procedimentos fundamentais para as práticas socioambientais dos seus Signatários nos negócios e na relação com as partes interessadas. | Vigente |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | Normativo SARB 017/2016 | institui o NORMATIVO DE ADEQUAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS AO PERFIL DO CONSUMIDOR e estabelece princípios a serem adotados por suas Signatárias, nos relacionamentos com os consumidores pessoa física. | Vigente |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | Normativo SARB 018/2017 | institui o NORMATIVO DE TRATAMENTO E NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS , com diretrizes e regras a serem adotadas pelas Instituições Financeiras Signatárias nos relacionamentos com os consumidores pessoa física, em situação de endividamento. | Vigente |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | Normativo SARB 021/2019 | institui o NORMATIVO PROGRAMA DE INTEGRIDADE PARA PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO E A OUTROS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA , e estabelece princípios e regras que consolidam as melhores práticas nacionais e internacionais atinentes aos procedimentos operacionais e de controle e aos mecanismos de integridade a serem observadas pelas Instituições Financeiras Signatárias, em consonância com as normas existentes. | Vigente |
| Ouvidoria | Normativo SARB 022/2019 | institui o NORMATIVO DE OUVIDORIAS , com diretrizes e regras a serem adotadas pelas Instituições Financeiras Signatárias no relacionamento com os consumidores, pessoa física ou jurídica, nos termos da regulação vigente | Vigente |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | Normativo SARB 024/2021 | institui o Normativo de Relacionamento com os Consumidores Potencialmente Vulneráveis e estabelece Princípios e Regras a serem adotados por suas signatárias. | Vigente |
| LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética | Normativo SARB 025/2021 | Institui o NORMATIVO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS , que estabelece princípios e diretrizes a serem adotadas por suas Signatárias nos relacionamentos com os titulares de dados pessoais. | Vigente |